

DOMINGO NA PRAIA

a dimensão simbólica do lazer popular

Carmen Cinira de Andrade Macedo

USP- e PUC-SP (Dep. Antropologia)

Luis Cláudio Mendonça Figueiredo

USP e PUC-SP (Dep. Psicologia).

Sombra e água fresca. Eis, freqüentemente, apontado o ideal de vida de muita gente. Em contraposição, a constante desvalorização do trabalho. Nada a estranhar quando se trata de uma parcela da população cuja existência é marcada pela rotina de trabalhar duro, em más condições, exercendo atividades nas quais não vê nenhum sentido maior e, mais que nada, ganhando muito pouco. Esse ganhar pouco define, entretanto, a dificuldade de usufruir, sem maiores preocupações, a desejada sombra e a conseqüente água.

Para as classes populares, a vida é dura, cheia de sacrifícios e requer muita luta. Mas a experiência do povo é marcada por uma estranha capacidade de retirar das agruras uma perene alegria, que se projeta em esforços de, pelo menos de vez em quando, divertir-se e criar circuitos de felicidade. Da festa, enfim. De um pouco de sombra e de água fresca.

*

Quando se procura compreender a dinâmica cultural na sociedade moderna, é preciso levar em conta que heterogeneidade dos estilos de vida se refere à estrutura de classes, porém essa determinação não se configura de forma mecânica. Para compreender de que forma se desenvolve a vivência das condições de classe, é sempre preciso ter presente que as práticas sociais são multidimensionais e que as relações entre os homens estão de tal forma mediatizadas pelo imaginário que este é um elemento básico constitutivo das condutas. Em outras palavras, é preciso levar em conta as condições objetivas de existência dos homens tanto quanto perceber de que forma se constituem as relações imaginárias entre eles e essas condições objetivas. As representações são, assim, um aspecto básico da vida concreta e a cultura não é um aspecto da realidade social, mas um elemento estruturante da mesma.

O estudo do lazer configura-se, nessa perspectiva, como relevante para entender o processo de diferenciação que constantemente re-

produz a desigualdade entre os vários grupos que compõem a sociedade. É um aspecto da vivência e uma mediação importante para entender os mecanismos estruturais. Referido ao trabalho, o lazer pode ser pensado como componente da esfera do consumo e as formas de ocupação desse tempo acabam sendo reveladoras de facetas importantes das regras do poder.

*

No presente trabalho, pretende-se realizar uma caracterização básica do lazer da população de baixa-renda, no litoral paulista, procurando demonstrar que o padrão de ocupação da praia envolve formas concorrentes que estão referidas de **um certo modo** à estruturação urbana e refletem a transfiguração da praia-natureza em praia-universo da cultura¹.

Numa perspectiva teórica mais ampla considera-se importante compreender como, no circuito do lazer, estão presentes os mecanismos da reprodução de um sistema social em que impera a desigualdade. Interessa enfocar essa fatia de vida social, desvendando as mediações reveladoras de uma experiência em que se manifestam determinações inerentes à estrutura de uma sociedade de classes.

Ao se procurar levar em conta as características do turismo de massa, é importante ter presente a relação que se estabelece entre o padrão de desenvolvimento urbano e a existência das praias propriamente ditas. É a presença das praias que faz com que algumas cidades tenham o seu desenvolvimento atrelado ao fenômeno "turismo". Em outras palavras, uma parcela considerável da atividade econômica destas cidades depende das "temporadas", ou seja, daqueles períodos do ano em que a população aumenta sensivelmente, alterando por completo a vida urbana.

Nessas circunstâncias, uma parte significativa da população permanente depende dessa população móvel para obter os recursos necessários à sua sobrevivência. De fato, não são os moradores que efetivamente se tornam "donos" da cidade. Quando chegam os turistas, eles se apropriam dos espaços e fazem com que a vida da cidade gire em torno deles.

Nesse contexto, é preciso ter presente que a praia é sempre algo mais que um cenário de beleza natural. Praia é terra e, sendo o elemento-chave do turismo, passa a ter preço, a ser fonte de riqueza. Os terrenos próximos às praias são valorizados e as periferias, no caso, são os terrenos distantes das praias. A abertura de avenidas ou a própria estrada tende a representar uma espécie de marco que separa as zonas valorizadas da periferia pobre. Há, também, uma diferenciação entre as praias. Há "praias" e "praias" e o critério da hierarquia é dado pelo fato de que a estrutura da sociedade se projeta sobre elas de tal modo que a diferenciação natural existente se sobrepõe uma valorização que tanto define como é definida pela sua ocupação por representantes de diferentes classes

sociais. Tende, a ocorrer, ainda, uma certa hierarquização das próprias cidades em função do que seja o padrão social dos grupos que aí predominem. Ocorre, nesse sentido, uma freqüente mobilização por parte dos próprios governos e elites locais no sentido de atrair turistas de melhor condição social, pelo que isso possa representar em termos do desenvolvimento dessas cidades. Conta, então, a possibilidade de captar recursos e também um certo quadro simbólico em que se projeta uma hierarquização das próprias cidades como "melhores" ou "piores", dependendo do estilo que adquirem e que resulta do tipo de população que predominantemente delas se apropria.

Há, em síntese, uma divisão não-aleatória em que as melhores praias estão sendo reservadas àqueles turistas que as populações locais, detentoras de poder de decisão, consideram capazes de valorizar as cidades. Em contrapartida, as praias ocupadas por moradores permanentes pobres, ou turistas de menor poder aquisitivo, as praias que oferecem piores condições de banho, as praias mais afastadas dos centros urbanos e do turismo rico e as praias menos ocupadas ou desertas são selecionadas para abrigar os turistas de baixa renda. A ocupação dos espaços é, portanto, reveladora de uma diferenciação que, simultaneamente, hierarquiza as praias e seus freqüentadores.

Assim sendo, burguesia e proletariado, ricos e pobres, "gente fina" e "farofeiros", enquanto categorias sociais, constroem-se **também** no modo como viajam e se instalam em seus locais de lazer.

Isso posto, pode-se passar à descrição dos processos envolvidos na estratégia do lazer de massa e das reações por ela produzidas nas populações locais.

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA das Excursões

A montagem de uma excursão turística pressupõe a iniciativa de um organizador que costuma ser movido pelo próprio interesse na viagem e que descobre que a via para satisfazer este desejo implica na criação de uma forma coletiva de lazer.

Na maioria das vezes, o organizador da excursão é um dos turistas que entra em contato com uma empresa de transportes, retira um talão de passagens no número exato para o preenchimento das vagas de um ônibus e, durante um período que pode variar de algumas semanas a vários meses, se esforça para vendê-los.

Somando-se o tempo de vendas e o intervalo entre a entrega do dinheiro e o dia da viagem, há excursões que chegam a levar 8 meses para serem plenamente organizadas e realizadas.

Embora não se defina desde o início o dia certo da excursão, desde o começo das vendas é definida uma época e, aproximadamente, um destino. No entanto, as opções por uma ou outra praia, muitas vezes precisam ser tomadas durante a viagem, inclusive porque a proibição de estacionar em certas áreas obriga a mudanças de última hora. Na verdade, atualmente muitas praias e em certos casos todas as de uma cidade exibem placas proibindo o estacionamento de ônibus; veículos das prefeituras e da polícia fiscalizam e desalojam excursões e há relatos de ônibus que levam mais de uma hora procurando um local de desembarque.

Todo o trabalho de divulgação e vendas de passagens é feito através das redes locais de amizade que reúnem moradores de um mesmo bairro (ou de uma pequena cidade), operários de uma mesma indústria, funcionários de uma mesma firma comercial, fiéis de uma mesma igreja ou companheiros de um mesmo clube. No centro destas redes costumam estar pessoas unidas por laços de parentesco. Trata-se, assim, de um trabalho de organização quase artesanal em que as relações diretas entre os membros da excursão são decisivas.

Na verdade, a participação numa excursão obriga o turista de baixa renda a um certo planejamento e uma poupança que não se efetivam no prazo e semanas, mas, que na melhor das hipóteses, levam de um a vários meses. Em conseqüência, vale a pena chamar a atenção para o seguinte aspecto: uma atividade que requer planejamentos, gastos e compromissos de longo prazo, que exige, como se verá à frente, um razoável dispêndio de energias e uma certa dose de sacrifícios, obriga o excursionista a tirar o maior proveito possível deste dia que não se repetirá tão cedo. Estamos, assim, sugerindo que o conjunto de obstáculos a serem transpostos na montagem e participação de uma excursão colaboram para os "excessos" que são freqüentemente denunciados no comportamento do "faro-feiro". Estes "excessos" seriam, talvez, o resultado de se concentrar num único dia toda a exigência de retorno, todas as expectativas de prazer tão pacientemente e trabalhosamente elaboradas.

Os que se filiaram ao grupo de excursionistas costumam, nos dias imediatamente anteriores às viagens, cotizarem-se para a compra dos gêneros alimentícios e bebidas que serão levados para a praia. Algumas das pessoas se encarregam das compras e da feitura das refeições. Cria-se, assim, dentro das excursões um núcleo de turistas organizados em torno de uma refeição planejada, preparada e a ser consumida coletivamente. Em muitos casos, organiza-se também a "batucada", ou seja, o transporte de instrumentos musicais, principalmente de percussão. Algumas excursões, finalmente, organizam-se para levar seus "artistas", violeiros e sanfoneiros que são convidados e viajam gratuitamente, tendo suas despesas cobertas pelo grupo. Tudo isso torna as excursões, em grande medida, autosuficientes em relação ao comércio do local para onde se dirigem.

De todo este processo fica claro que o ônibus de excursão não conduz turistas individuais mas uma coletividade que se organiza e, em parte, se auto-administra como única forma de ampliar suas possibilidades de lazer.

As excursões começam no sábado de noite, ou mais raramente, na madrugada de domingo. Inicia-se, então, uma viagem que pode levar de duas horas, no mínimo, até 10 ou mais horas, quando as excursões vêm de outros Estados ou do Oeste de São Paulo. A partir das 4 horas da manhã e, principalmente entre as 5h30min e às 7 horas, grande parte das excursões chega a seus destinos, horários em que as populações locais ainda estão dormindo, em que não há comércio aberto, em que os raros salva-vidas ainda não estão ocupando seus postos e em que não há policiamento de espécie alguma. A chegada é uma verdadeira folia: os primeiros minutos e horas na praia são os mais divertidos e bem aproveitados. É o encontro com a água (e alguns perdem a vida neste encontro), com o espaço amplo e totalmente desocupado da praia.

Em sua maioria, os excursionistas saem na direção da praia e das atividades de lazer "farofeiro", como o proverbial espojamento na areia, correias, jogos e algazarras. É intensa desde a madrugada a ingestão de bebidas alcoólicas, acompanhando o "tomar sol", o "paquerar", "olhar", "fazer amizades novas" e intercaladas por entradas na água e jogos de bola (para os homens). Pessoas de idade dedicam-se desde cedo a atividades contemplativas como "olhar o mar", "olhar a praia", "olhar as crianças se divertindo", etc. Mais tarde, vem a hora de cantar e batucar e nesse momento cresce o consumo da cerveja. Depois, a hora de comer "uma refeição de verdade" — e não apenas petiscos e guloseimas. Às vezes, mesmo antes de comer e ainda mais freqüentemente logo depois da refeição, vem a hora em que se vêem na areia homens e mulheres, indistintamente, derrubados pelo calor, pelo cansaço e pelo álcool. Muitos programam-se melhor para este descanso, procurando uma sombra de árvore ou deitando-se nas sombras dos ônibus.

Todas as atividades de lazer disponíveis aos excursionistas ocorrem na praia e nas suas imediações, particularmente nas áreas de estacionamento dos ônibus e nas barracas e bares da orla marítima. Passear pelo resto da cidade ou por outras praias são atividades impraticáveis, dada a carência de transporte; os ônibus de excursão não estão autorizados pelas empresas a conduzir os passageiros em passeios turísticos.

O dia, que começou tão cedo, acaba também muito cedo: por volta das 15h as excursões começam a retornar às suas origens.

Para grande parte dos turistas de baixa renda a participação em excursões, embora não seja muito freqüente, não é um acontecimento único e irrepetível. Nos que já repetiram a experiência, percebe-se o alto valor que atribuem à participação em muitas excursões e para os locais mais distantes e variados. Além da experiência própria, que se vai repetin-

do ao longo dos meses e anos, o turista de excursão convive (durante a viagem e nos seus locais de moradia e trabalho) com outras pessoas que já foram aos mesmos e a outros lugares.

No conjunto, gera-se uma espécie de experiência genérica do turismo de massa, um conhecimento compartilhado e disseminado entre os excursionistas, se os vizinhos, parentes e colegas. Esta experiência é bem mais rica e mais ampla do que as experiências de primeira mão de cada turista em particular e correspondem ao que, num certo sentido, seria uma espécie de "cultura da farofa".

O dia na praia não decorre, porém, sem que inúmeros problemas emergam, seja ao lado dos excursionistas, seja do lado da população local. Do ponto de vista do turista, os problemas mais sérios derivam da falta de condições básicas: faltam água potável, equipamentos sanitários, chuveiros e, quando existem, são oferecidos em quantidades insuficientes e por particulares a preços elevados. Ressentem-se, também, da falta de sombras e os turistas de primeira viagem queixam-se da falta de informações sobre as alternativas turísticas da região e sobre os recursos de que podem dispor.

O esquema da auto-suficiência gera uma dependência dos excursionistas em relação ao ônibus que passa a ser a sede da excursão, local em que trocam de roupa, guardam a comida, descansam e dormem. O turista sente-se muitas vezes fraudado em suas expectativas de lazer pela falta de condições mínimas de acolhimento e pela ausência de alternativas de lazer mais "movimentado" e também revoltado pela discriminação de que se sente alvo.

A procura de movimento não se refere apenas à diversificação do lazer mas à quantidade de gente na areia e no mar, o que pode parecer curioso do ponto de vista das classes abastadas, sempre atrás de praias desertas e sossegadas.

É esta agitação, ou "bagunça" como muitos dizem, que parece estar associada à idéia de festa e divertimento. Por isso, ao lado da busca de condições mínimas de infra-estrutura e acolhimento, as excursões preferem desembarcar em praias habitadas e ocupadas, se possível próximas ou dentro das áreas urbanas de cada município, o que, naturalmente, as coloca em choque com os interesses dos moradores e turistas de temporada.

É importante reconhecer que a presença das classes populares nas praias só pode ser compreendida num sentido mais amplo desde que se procure verificar os elos que se estabelecem entre essas e os outros segmentos da sociedade, nesse espaço específico. Quando a distância entre esses grupos se rompe e, de repente, todos parecem se encontrar no espaço comum e democrático da praia, desencadeia-se imediatamente um processo de distinções e de produção de segregações que re-produzem o necessário distanciamento para que **cada um ocupe o seu devido lugar.**

Nessa medida, é importante verificar, inicialmente, como as classes populares são vistas pelos outros freqüentadores das praias, e dos moradores mais diretamente interessados na questão da freqüência às praias.

É possível identificar três estilos de fala que correspondem às várias imagens que se tem do "farofeiro".

Temos, em primeiro lugar, a fala condenatória: os "farofeiros" são denunciados pela falta de modos, pela falta de respeito à propriedade alheia. São também denunciados pela falta de respeito às pessoas.

No fundo de todas as acusações está a do excesso, a do exagero. Excessos de ingestão de bebidas alcoólicas e o uso de tóxico (que é em si mesmo "excessivo", independentemente da quantidade em que é consumido), excesso de gente, excesso de porcária, excessos, enfim, que, ao transgredirem as normas de convivência, se convertem em inconveniência e imoralidade. Entre os excessos está a ausência de respeito aos limites entre as esferas do público e do privado, que faz dos espaços abertos da praia e do mar, cozinha, banheiro e dormitório. O protótipo do "excessivo" é o "farofeiro" alcoolizado, invadindo espaços, agredindo pessoas e paisagens. Nesta fala, o "farofeiro" é caso de polícia. É exatamente essa percepção do outro como imoral e anti-social que permite a sua construção como um inimigo potencial, e passa a ser justificadora de atitudes de expulsão, segregação ou, no mínimo, de esforços de controle. O argumento é simples: "O Brasil tem tanta praia, que deve ter praia vazia para todos, a nossa é essa, a deles deve ficar mais para lá; cada macaco em seu galho".

Pode-se, também, caracterizar uma fala de receio: menos agressivo que o primeiro, este discurso revela o medo de que os "farofeiros" sejam elementos poluentes, mesmo que não sejam intencional ou intrinsecamente vandálicos. Poluem o sossego e o silêncio, com seu número e seus barulhos, poluem visualmente com sua "feitura" e "deselegância", poluem a praia e o mar com a sujeira que inevitavelmente fazem.

A fala do receio não condena o "farofeiro", mas teme que estes problemas sejam insolúveis, a menos que medidas sejam tomadas para dotar as praias de uma certa infra-estrutura e para educar o excursionista. As soluções envolvem melhoria dos serviços de atendimento local.

Há, finalmente, uma fala do interesse, muito preocupada com os problemas menos imediatos da população local: são os interesses comerciais e financeiros. No primeiro caso, temos os comerciantes que avaliam os excursionistas pela ótica dos seus negócios. Os grandes comerciantes vêem nos "farofeiros" uma praga que espanta a sua boa clientela. Os comerciantes barraqueiros e ambulantes divergem: para alguns, o "farofeiro" é fonte de problemas e de prejuízo, para outros, fonte de lucro. Para os que exploram o aluguel de cabines e chuveiros, a presença desses turistas é

fundamental. Todos tendem a se referir de modo reticente aos problemas provocados por essas pessoas. Num certo sentido, reconhecem que há entre eles os que "exageram" mas que sempre é possível exercer controle.

Uma outra forma de preocupação com interesses menos imediatos é encontrada nos depoimentos que associam a presença do "faro-feiro" ao valor dos imóveis: acredita-se, no geral, que muita excursão deprecia o local. Nenhuma destas falas exclui a profissão de fé democrático-igualitária "a praia é de todos, todos têm direito, etc."

Para alguns segmentos das populações locais, entretanto, a vinda de excursionistas de baixa renda não acarreta problemas. Ao contrário, os pobres de cada uma das estâncias balneárias, eles próprios excluídos e segregados, identificam-se com os "faro-feiros" e enfatizam o direito universal ao espaço da praia. Para além destes interesses comerciais mais imediatos, percebe-se uma expectativa de que o crescimento deste turismo traga para as cidades o "progresso". Trata-se de uma noção de "progresso" diametralmente oposta à dos que concebem estas cidades como espaços de lazer pensam o desenvolvimento das estâncias de forma a privilegiar o turismo rico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos estar agora em condições de acentuar alguns aspectos da estratégia de lazer das classes trabalhadoras, relevantes para a tipificação e constituição da identidade "faro-feira".

Trata-se, em primeiro lugar, de uma estratégia coletiva para o enfrentamento da crônica carência de recursos disponíveis para o lazer. As excursões tornam viável para o pobre o acesso a regiões e experiências antes só franqueadas aos ricos e possuidores de meios particulares de locomoção.

O organizador da excursão costuma ser o primeiro a descobrir a solução para o seu próprio desejo de viajar e distrair-se (além de eventualmente, ganhar alguns trocados). É certo, porém, que encontra à sua volta condições propícias à implementação de seu objetivo: são as redes densas e entrelaçadas de parentes, colegas e amigos que respondem ao chamado. Em outras palavras, as condições de vida e trabalho e as estratégias de sobrevivência (das classes trabalhadoras) são elas próprias facilitadoras do lazer coletivizado, na medida em que limitam as possibilidades de experiências sociais plenamente individualizadas. E o modo como a excursão se organiza e se realiza envolve a manipulação de todo um substrato da cultura popular que é um importante fator na tomada de consciência do ser pessoa e do ser coletivo. As excursões são de ônibus, isto é, um "coletivo" para todos, a comida é preparada e consumida em grupo, e no final, a própria experiência da segregação é vivida pelo grupo enquanto tal.

A excursão é um modo de reforçar os laços de camaradagem, vicinais ou de parentesco. Em acréscimo, amplia-os, permitindo o contacto entre indivíduos socialmente próximos mas pertencentes a grupos primários distintos. Finalmente, explora estes laços, ao conferir às redes sociais comunitárias a função de apoio na aventura de conhecer novas pessoas e novos ambientes. É sempre em grupo que fazem o reconhecimento dos novos locais, é em grupo que se instalam e fixam seus territórios, é sempre em grupo que se defendem física e psicologicamente das proibições e discriminações que encontram.

Dado seu caráter fundamentalmente coletivo, as excursões à praia podem ser encaradas como um esforço de produzir uma verdadeira festa. O "dia na praia" é, sem dúvida, um dia especial, no sentido de que representa a possibilidade de recuperar as energias gastas no trabalho, através de uma atividade que cria uma ruptura da rotina e, por essa via, deixa todos como que suspensos no ar. De alguma maneira, as excursões se configuram para os sujeitos como um momento de liberdade, em que podem "soltar-se", "viver a vida", "divertir-se". Como o tempo é pouco, cumpre aproveitá-lo exaustivamente e, daí, as atividades passam a ser muitas e intensas, gerando todo um conjunto que é considerado, por quem está fora, como excessivo. Essa liberdade que as pessoas desfrutam torna-as, também, iguais. Iguais na lei comum do divertimento e do prazer, sem preocupações, podendo desfrutar do tempo à sua maneira, sem estarem sujeitos a ordens, sem deverem favores a ninguém, enfim, "sem lenço e sem documento".

É importante lembrar que, enquanto festa, o "dia na praia" está marcado por um certo clima de exaltação que a torna um ritual de inversão das leis sociais que organizam a vida cotidiana. Aproxima-se, assim, de outras festas já bastante estudadas por antropólogos. Esse clima da festa é um importante fator na construção dessa identidade de turista pobre. É através da festa, na produção da mesma, que as pessoas se unem e a dimensão do coletivo se constrói.

A festa envolve uma dimensão de sacralidade, responsável pela forma como se manifesta e pela riqueza de virtualidades que contém. Um aspecto importante desse ritual é o consumo intenso de bebidas alcoólicas. O consumo exagerado de álcool, passa a fazer sentido quando se cria todo um estado mental de euforia que permite uma condição de estar fora do mundo. De um lado, o álcool contribui para uma espécie de dissolução dos limites do "eu". É, assim, propiciador de uma maior integração coletiva, de uma predisposição maior à "comunhão". Por essa via, representa um certo esforço de recuperar um estado de ser no mundo, ainda mais quando o que se verifica é um verdadeiro processo coletivo de embebedar-se na praia, quase como uma regra ou costume obrigatório. Afinal, para aqueles que não vêem muitas perspectivas de realização na vida rotineira, a em-

briaguês pode surgir como uma possibilidade de enfrentar transitóriamente a própria questão do desencantamento do mundo.

Desse modo, a rebel-dia na praia acaba sendo um momento de desordem que, se é uma explicitação de insatisfações e tem um potencial desagregador, acaba por propiciar a recondução a ordem estabelecida, uma vez que — ao término do dia — todos devem “voltar a si”. Assim, se a “orgia” é de cunho religioso e cria a comunhão geradora de identidade, a ruptura da ordem é um momento para a recuperação seguinte da mesma ordem. Isso só deixará de ocorrer quando o potencial mobilizador dessa invasão puder se encaminhar para uma reivindicação mais precisa de seus direitos de ocupação do território praiano o que, também, só ocorrerá em função dos excessos daqueles que, considerando-se “senhores das praias”, abusam do seu poder de expulsar os turistas pobres para lugares mais distantes e desertos e que pretendem cortar os direitos daqueles que são tidos como incapazes de conviver com os outros e que acusados de condutas anti-sociais, são convertidos em seres inferiores, “essa gente”, “esse povo”, “essa raça”, a “massa”, enfim.

A “identidade farofeira” resulta assim, de um processo em que o reconhecimento de um nós, de um circuito de iguais, resulta de vários tipos de confrontos com outros, que procuram controlar o acesso às praias monopolizando espaços para si. Cabe lembrar que essa visão de si próprios como “farofeiros” já resulta da incorporação de uma perspectiva externa. Ao se auto-designarem como tal, os “farofeiros” expressam a percepção de que estão sendo discriminados e, freqüentemente, recusam o estigma. Entre eles, a categoria básica é a da “turma”, visão interna a que se contrapõe a visão externa e depreciativa.

É na perspectiva da discriminação e da segregação que a “festa na praia” deixa de ser um mero ritual de inversão da ordem e passa a se configurar como um movimento social, apoiado numa identidade “farofeira” compartilhada por essa multidão de turistas pobres em seus ônibus. Se a festa põe em causa o cotidiano da subordinação, e essa é uma experiência de grupo, ela acaba necessariamente por se politizar, embora seja em princípio um movimento não-político.

Três aspectos distintos precisam, portanto, ser levados em consideração nesse movimento. Em primeiro lugar, o reconhecimento, pelos excursionistas, do seu direito ao lazer e à praia, com a exigência de que a lei seja garantida. Em segundo lugar, o fato de que isso representa um potencial de ameaças aos “direitos” dos outros turistas, que passam a constituir um circuito de reivindicações as quais surgem como esforço de preservar a natureza ou de defender a ordem e os bons costumes. Cria-se, assim, um imaginário de mocinhos e bandidos que é também, um imaginário de superiores e inferiores. Nesse contexto, os direitos de todos são, simultânea e ambigüamente, afirmados e questionados. Em terceiro lugar,

o sentido desses enfrentamentos acaba por resultar de um verdadeiro campo de forças onde se debatem imagens diferenciais de projetos de desenvolvimento urbano representadas por diferentes facções econômicas, sociais e políticas, tanto a nível municipal como estadual, e que incluem interesses imediatos de grupos econômicos locais.

Surge, assim, um quarto aspecto a ser considerado. Trata-se do papel do Estado. No jogo das oposições e confrontos, **todos** acabam por esperar do Estado, enquanto o governo, que se coloque como mediador e promova a adequação dos interesses particulares a uma ordem geral e legítima. O problema é que, ao assumir esse papel de mediador, o Estado acaba por promover acomodações insatisfatórias para todos. Reproduz-se, assim, todo um elenco de queixas e desconfianças reveladoras de como são esperadas soluções de uma esfera já previamente desgastada pelos diferentes pactos sociais que comandam a expansão urbana das cidades do litoral.

Em síntese, os confrontos que se dão no dia-a-dia refletem e reproduzem outros tipos de enfrentamento, em outros níveis de estruturação da sociedade, que contribuem para facilitar o reconhecimento do fato de que a praia é de todos, mas nem todos são verdadeiramente iguais. Há "iguais" e "iguais", uns mais próximos da cultura, outros (quem sabe ?) mais próximos da natureza, distinção que se manifesta em todas as esferas da sociedade, e o espaço do lazer não é um espaço neutro. Nele está presente a reprodução de uma desigualdade que, originária da produção da vida material, se realiza em vários planos, e acopla os espaços geográficos aos sociais. Das periferias locais, onde se mora, acaba-se em periferias transferidas, com a coincidência de tensões, ainda que expressas sob outros conteúdos.

A tentativa coletiva e organizada de ocupar um espaço na praia torna-se, então, parte de um processo mais global de construção de uma visão de si mesmos e do mundo. Essa visão é problematizadora do desejo de ocupar um outro lugar na hierarquia social, desejo esse que se torna ação/reivindicação porque mediado pela noção de direito como um valor. No "dia na praia", tornado festa na praia, constrói-se uma identidade, e abre-se um espaço de percepção da cidadania que representa a dimensão da política na festa. Assim, a praia — metamorfoseada em cultura — revela-se como linguagem que permite a expressão do que é o poder em nossa sociedade e de a quem esse poder interessa.

BIBLIOGRAFIA

- DA MATA, Roberto — A casa e a rua — Brasiliense, 1985.
 _____ — Carnavais, malandros e heróis — Zahar, 1980.
 GEERTZ, Clifford — A interpretação culturas — Zahar, 1978.
 GAUCHET, Marcel — Le desencantement du monde — Gallimard, 1985.

- HOGGART, Richard – As utilizações da cultura – Editora Presença, 1973.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens – Rd. Perspectiva – 1980.
- IZARD, Michel et Smith, Pierre (org.) – La Fonction symbolice – Gallimard, 1979.
- LEFEBVRE, Henri – O direito à cidade – Documentos, 1969.
- MACEDO, Carmen Cinira – A reprodução da desigualdade – Ed. Vértice, 1986.
- _____ – Veredas da Violência: Brasil – Anuário Antropológico 84 – Tempo Brasileiro, 1985.
- _____ – Tempo de Gênesis: o povo das comunidades Eclesiais de Base – Brasiliense 86.
- MAGNANI, J. G. – Festa no Pedaco – Brasiliense, 1984.
- MONTES, M. L Meyer, M. – Redescobrimdo o Brasil: a festa na política – Brasiliense, 1985.